

Moção Específica
“Construir o LIVRE como força autárquica”

I. A necessidade do LIVRE no poder local

O poder local autárquico é em Portugal um dos pilares do regime democrático. Longe vão os tempos em que a administração local era nomeada centralmente a partir da capital.

Os municípios e autarquias são essenciais na coesão do território e do país e mesmo a regionalização, eternamente adiada, é cada vez mais obviamente necessária.

Mas por todo o país o panorama autárquico é hoje demasiado monocromático. Os únicos partidos que se assumem como forças autárquicas nacionais são o PS e PSD, e o PCP, este com força considerável especialmente no sul. Acrescido a isto, o monolitismo das estruturas locais dos partidos tradicionais, em que muitas vezes contam mais os nomes e caras do que as propostas levaram também à irrupção de uma quarta força a considerar: a candidaturas de independentes. Estas forças, também frequentemente organizadas em torno de figuras locais carismáticas são no entanto de diversa ordem, umas mais progressistas, outras conservadoras, algumas puramente oportunistas.

Existe pois a necessidade da emergência localmente de novas forças políticas que possam disputar maioria perpétuas e trazer para os debates locais novos temas, novas ideias e novos protagonistas.

O poder local é hoje mais do que a mera administração do dia-a-dia ou a realização de tarefas “menores” de serviço público. Os municípios e freguesias têm hoje um papel importante a desempenhar nas lutas globais: delineiam e estabelecem planos de combate às alterações climáticas, promovem a qualidade de vida, e, fruto do processo de descentralização que o último governo desencadeou, têm também competências nas áreas da educação e da saúde, entre outras. São muitas vezes os municípios os garantes do acesso a Direitos Fundamentais e Humanos, como o acesso a água potável, à cultura, etc.

Desconsiderar a importância do poder local seria desconsiderar uma parte importante da vida política do país.

II. A Experiência de 2017

Em 2017 o LIVRE teve a sua primeira experiência autárquica. Nesse ano foram apresentadas candidaturas a 7 municípios, numa lógica de “geometria variável”: o LIVRE tentou sempre que possível a construção de frentes progressistas, conversou com cidadãos e movimentos independentes e abriu-se, como está na sua matriz ideológica, à cidadania.

Das candidaturas apresentadas em 2017, duas foram exclusivamente do LIVRE (Ponta Delgada e Oeiras), duas foram candidaturas com movimentos de cidadãos (Vila Nova de Foz Côa e Vila de Frades - Vidigueira), duas foram candidaturas em que membros do LIVRE concorreram integrados nas listas de outro partido numa lógica de “acordo coligatório” (Lisboa e Loures) e uma candidatura foi uma coligação formal do LIVRE e do Partido Socialista em conjunto com um movimento de cidadãos, a coligação SIM ACREDITA, que venceu as eleições e governa hoje o município de Felgueiras.

Esta experiência eleitoral permitiu-nos aprender e permite tirar várias lições para o futuro e em especial para o ciclo autárquico que se iniciará em 2021.

Por um lado é uma mais valia o LIVRE continuar a mostrar abertura para trabalhar com grupos de cidadãos que localmente se desejem candidatar a eleições integrados nas listas do LIVRE. Em 2017 tal estratégia deu frutos e o LIVRE conseguiu representação tanto em Vila Nova de Foz Côa como em Vila de Frades e em Felgueiras.

Por outro lado a aproximação local a outros partidos progressistas que desejem a construção de frentes autárquicas deve ser prosseguida e promovida. O LIVRE é e deve continuar a ser o partido da convergência.

Esta estratégia permitiu ao LIVRE alcançar representação através da eleição de um deputado municipal em Felgueiras e dois deputados municipais em Lisboa e quatro membros de assembleias de freguesia no município de Lisboa.

Não obstante, a integração de representantes do LIVRE em listas de outros partidos na lógica de “Acordo Coligatório” tem como consequência frequente a invisibilização do trabalho dos eleitos que o fazem em representação do LIVRE. Esta estratégia pode revelar-se contraproducente ao não permitir a divulgação das ideias e propostas do LIVRE e/ou simultaneamente convencer os cidadãos de que tais propostas foram apresentadas por outro partido.

Sempre que possível o LIVRE deverá privilegiar a apresentação de candidaturas próprias ou a participação em coligações formais com outros partidos.

Por outro lado é também importante ter em mente os desafios organizacionais que as eleições autárquicas representam para um partido como o LIVRE.

Na maioria dos locais o número de candidatos necessários dificulta a constituição de listas a ambos os órgãos municipais (Câmara municipal e Assembleia Municipal). O investimento financeiro necessário é também considerável, ainda que nessa matéria se possa contar em 2021 com maior capacidade do LIVRE para apoio aos núcleos locais que desejem promover candidaturas.

É pois essencial que a preparação deste desafio eleitoral se inicie o mais cedo possível, mobilizando e motivando os membros e apoiantes para a apresentação de candidaturas locais que representem a essência do LIVRE e os seus pilares fundadores.

III. Estabelecer localmente o LIVRE

O trabalho local terá que ser o foco do LIVRE no próximo ciclo político. Só dessa forma se garante um crescimento sustentado do partido e uma linha direta de comunicação entre os cidadãos e as suas preocupações e problemas e os órgãos do partido.

O estabelecimento de novos núcleos territoriais e a legitimação democrática dos núcleos territoriais existentes deve ser o ponto de partida desse trabalho.

Deve também ser promovida a criação de uma rede de contacto entre os eleitos locais do LIVRE e os núcleos territoriais e os membros e apoiantes para partilha de conhecimento, experiência e saber.

O aprofundamento das propostas programáticas do LIVRE é também essencial e para tal poderá contribuir a partilha da experiência e de conhecimento entre os membros do partido que exercem funções autárquicas e os nossos futuros candidatos.

A melhor forma de concretizar estes objetivos será através da criação de um Círculo Temático onde o conhecimento existente possa ser partilhado e as propostas do LIVRE para a política autárquica e regional possam ser desenvolvidas e preparadas tendo em vista os programas autárquicos para 2021.

Em face do exposto propõe-se aos órgãos do LIVRE:

- 1. a criação do Círculo Temático “Políticas autárquicas e regionais”;**
- 2. o início do trabalho de lançamento de novos núcleos locais;**
- 3. o agendamento de uma reunião da Assembleia, durante o primeiro semestre de 2020, para discussão da estratégia autárquica do LIVRE;**

Primeiros subscritores:

Paulo Muacho

Patrícia Gonçalves

Tomás Pereira

Eduardo Viana